

A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise¹

The Atlantic forest and the Amazon forest in the making of the Brazilian territory: establishing an analytical starting point

José Augusto Pádua*

Resumo

O texto procura estabelecer um marco inicial de análise para pensar de forma comparativa a história da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica no contexto mais amplo da construção do território brasileiro. Não se trata de analisar os dois complexos florestais de forma separada e paralela, mas sim como parte de uma só história, pois desde o início da colonização europeia ambos foram incorporados em um processo conectado de ocupação e invenção territorial. Ao mesmo tempo, argumenta-se que é necessário observar as diferenças presentes nos modos de ocupação das duas regiões florestais, inclusive considerando suas diferenças biofísicas e as variações ao longo da história no ritmo e na intensidade do seu desflorestamento e conservação. Um ponto central é o da necessidade de considerar a diversidade ecológica dos espaços onde se construíram territórios nacionais, ou seja, pensar a história a partir de espaços ecologicamente “cheios” e não de mapas abstratos e “vazios”.

Palavras-chaves: Território brasileiro; construção; florestas; Mata Atlântica; Amazônia.

Abstract

The article attempts at establishing an analytical starting point to analyze comparatively the history of the Atlantic forest and the Amazon forest in the wider context of the building up of Brazilian territory. It is not a matter of analyzing both forest complexes as separate and parallel, but as parts of the same history, since from the beginning of the European colonization both were integrated in the same connected process of land occupation and territorial imagination. At the same time, it is argued that it is necessary to

¹ Estas reflexões sobre o lugar das florestas tropicais na construção do território brasileiro foram feitas no contexto do projeto de pesquisa “As delimitações espaciais em história ambiental”, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica-CNPq, Chamada Universal 14/2012.

* Professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: japadua@terra.com.br

observe the differences in the ways both forest areas were occupied, paying attention to the biophysical differences and the variations, in time, of the rhythm and intensity of deforestation and conservation. A central point is the need to consider the ecological diversity of the spaces in which national territories were built, that is, to think of a history based on spaces ecologically “full” and not on “empty” and abstract maps.

Keywords: Environmental history; Brazilian territory; forests; Atlantic forest; Amazon.

Duas Florestas na História: Distância e Proximidade

O livro “A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira”, de Warren Dean, foi publicado em 1995 no seu original em inglês,² tornando-se um clássico da história ambiental do Brasil. Adotando uma perspectiva de longuíssima duração, o autor descreve inicialmente a formação ao longo do tempo do que hoje chamamos de “Mata Atlântica”, configurando uma colossal história biofísica que passou pela “fissura entre as geomassas africana e sul-americana” há cerca de 110 milhões de anos; pelo domínio das plantas angiospermas no dossel da floresta por volta de 65 milhões de anos atrás; e por largos movimentos de expansão e contração da sua massa arbórea, relacionados com processos de glaciação e deglaciação, nos últimos dois milhões de anos. Com o fim da derradeira grande glaciação, ao redor de 12.000 anos atrás, a “Mata Atlântica” assumiu o seu “vasto império” de 3.500 quilômetros na costa oriental sul-americana. Na sequência do livro, entra em cena a “primeira leva de invasores humanos” nessa grande região florestal, com a chegada, “há talvez 13.000 anos”, de grupos de *Homo sapiens* herdeiros de dezenas de milhares de anos de migrações procedentes do atual continente africano, conformando com o tempo sociedades paleoindígenas e indígenas. A partir do terceiro capítulo, por fim, analisa-se longamente as consequências da “segunda leva de invasores humanos”, quando a chegada dos europeus, no contexto do mundo moderno, veio capitaneando os processos históricos que deram origem à América Portuguesa e depois ao Brasil enquanto país.³

² DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996,

³ *Ibidem*, cap.1, 2 e 3.

Quando conheci pessoalmente o autor, em 1982, fui informado da existência desse livro nos seus estágios iniciais de elaboração. Trata-se, portanto, de um trabalho que demandou mais de 13 anos de pesquisas, considerando a data de sua publicação. O que me impressionou na época foi a ideia de trazer a floresta para o coração da experiência histórica brasileira. Era uma outra forma de contar essa história, na medida em que o desflorestamento foi um condicionante incontornável para grande parte do que veio acontecendo no correr dos séculos em termos de vida social e econômica. Hoje, no entanto, vejo que o mais fascinante – apesar dos vários problemas factuais e interpretativos que podem ser observados em um trabalho de fôlego tão notável – é observar o entrelaçamento dinâmico dos movimentos do mundo natural e do mundo sociocultural manifestando-se em várias camadas de expressão temporal e espacial ao longo da história.

Apesar de uma parte significativa da história do Brasil se confundir com os espaços da Mata Atlântica, é óbvio que a narrativa estabelecida por Dean não dá conta da totalidade das vastas e variadas expressões territoriais do “fenômeno brasileiro” (para usar uma expressão de Guerreiro Ramos).⁴ Uma crítica que pode ser feita se refere ao fato de que Dean trabalhou pouco com as florestas do Brasil meridional, que estão inseridas formalmente no complexo da Mata Atlântica. Outros biomas do país, como o Cerrado e a Caatinga, até por conta do foco na Mata Atlântica, aparecem de forma marginal no decorrer do trabalho. Ou seja, é possível fazer uma ampliação considerável do marco geográfico adotado para pensar o Brasil com base no jogo dinâmico de movimentos biofísicos e socioculturais que fundamentou a elaboração de *A ferro e fogo*.

Uma possibilidade fecunda foi indicada pelo próprio Dean no parágrafo final, frequentemente citado, do seu próprio livro:

Entre os brasileiros que estudaram a história da Mata Atlântica e contemplaram a presença de seus arvoredos remanescentes, a Floresta Amazônica inspira especial alarme e presságio. O último serviço que a Mata Atlântica pode prestar, de modo trágico e desesperado, é demonstrar todas as terríveis consequências da destruição de seu imenso vizinho do oeste.⁵

A sugestão de Dean tem aparecido ocasionalmente nos debates sobre política ambiental no país. É relativamente comum falar da necessidade de evitar a reprodução nas novas fronteiras de ocupação da Floresta Amazônica

⁴ GUERREIRO RAMOS, A., A inteligência brasileira na década de 1930 à luz da perspectiva de 1980. In: CPDOC. *A revolução de 30, Seminário Internacional*. Brasília: Editora da UNB, 1983b, pp. 527-548.

⁵ DEAN, op. cit, p. 380.

dos erros produzidos nas velhas fronteiras de destruição da Mata Atlântica. Esta última é também lembrada no sentido de comprovar que grandes matos florestais, aparentemente inesgotáveis, podem ser quase totalmente destruídos em um tempo histórico relativamente curto. Os observadores da Mata no período colonial, que provavelmente a percebiam como um oceano verde sem fim, dificilmente acreditariam que em poucos séculos ela estaria reduzida à “arvoredos remanescentes”. A ideia seria indicar o risco de um processo semelhante de perda florestal ocorrer na Amazônia.

Até onde eu saiba, porém, nenhum pesquisador desenvolveu com maior profundidade a indicação de Dean. Ou seja, trabalhar uma comparação sistemática e abrangente da história de ambas as florestas. Creio que uma análise comparativa multidimensional poderia contribuir tanto para o conhecimento histórico quanto para a formulação de políticas públicas mais lúcidas e eficazes. O ponto de partida dessa análise mais profunda, no entanto, precisaria ser diferente do indicado por Dean. Não se trata de observar os dois complexos como realidades históricas distintas, de tal modo que a história do primeiro pudesse servir de “lição” para a história do segundo. Na verdade, as duas grandes florestas devem ser pensadas como parte de uma só história, pois desde o início da colonização europeia foram incorporadas em um mesmo processo de ocupação e invenção territorial: a construção da América Portuguesa e, a partir do século XIX, do Brasil. Ao mesmo tempo, é necessário observar as diferenças presentes nos processos de ocupação das duas florestas, inclusive no ritmo e intensidade do desflorestamento.

Na verdade, uma comparação básica do destino histórico das duas florestas, ou melhor, dos dois complexos florestais, pode servir como ponto de partida para discutir a história ambiental do Brasil. O conjunto diversificado de processos de territorialização adotados no período colonial – e que mais tarde fundamentaram a construção do território brasileiro propriamente dito – tiveram que interagir com um espaço continental dotado de uma impressionante diversidade de ecossistemas que hoje vêm sendo agregados, inclusive para facilitar uma visão sintética, em seis grandes biomas. Uma experiência marcante foi a convivência com grandes extensões contínuas de matas tropicais e subtropicais que hoje conceituamos como fazendo parte de dois desses biomas: a Mata Atlântica, que no momento da chegada dos europeus detinha cerca de 1,3 milhões de quilômetros quadrados, e a Floresta Amazônica, que possuía um tamanho aproximado de 4 milhões de quilômetros quadrados na parte que atualmente faz parte do Brasil (6 milhões se considerarmos a totalidade da sua presença no continente).

É importante considerar que a divisão em biomas não pode ser tomada de maneira rígida e absoluta, até pelo fato do mundo natural existir em permanente transformação. Cada bioma é um complexo de diferentes ecossistemas, mesmo que possuam um grau considerável de similaridade. Existem também muitas áreas de transição, com mosaicos de diferentes tipos de vegetação. Para realizar análises em escala regional é necessário focalizar de maneira mais detalhada as características dos ecossistemas locais e suas combinações. Do ponto de vista de uma leitura histórica do país como um todo, no entanto, a classificação em biomas é bastante reveladora. É o caso do que foi dito acima em relação ao destino dos dois grandes complexos florestais. No caso da Mata Atlântica, o processo de desflorestamento foi muito mais amplo em termos percentuais, atingindo um patamar de quase 90%. Restam hoje algo como 12,5% de sua cobertura original (se considerarmos todos os remanescentes, inclusive os fragmentos com menos de 100 hectares). A Floresta Amazônica brasileira, por outro lado, perdeu cerca de 762.979 quilômetros quadrados até 2013, algo próximo de 19% de sua cobertura original.⁶ A temporalidade do processo de desmatamento foi também bastante diversa. A Mata Atlântica começou a ser desmatada com certa amplitude desde o período colonial, apesar da enorme intensificação ocorrida no século XX. No período entre 1910 e 1947, por exemplo, uma estimativa já indica um desflorestamento de cerca de 336 mil quilômetros quadrados.⁷ Mesmo que, considerando os patamares atuais, não seja difícil deduzir que destruição mais desmedida ocorreu na segunda metade do século XX. O corte raso da Floresta Amazônica, por sua vez, vai se tornar uma realidade marcante apenas nas últimas décadas do século XX. Até o início da década de 1970, calcula-se que cerca de 99% da sua cobertura original ainda estava de pé. A pergunta que aqui emerge é bem clara: o que essa diferença temporal nos movimentos de destruição dos dois grandes complexos florestais revela sobre a geografia da história ambiental do Brasil? Antes de entrar nesse tema, porém, vale fazer algumas considerações sobre a importância de trazer os biomas e ecossistemas para o eixo explicativo da formação histórica do país.

⁶ FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA/ INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2012-2013*. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2014; NOBRE, A. *O Futuro Climático da Amazônia*. São José dos Campos: ARA/INPE/INPA, 2014, p. 23.

⁷ BRANNSTROM, C. Coffee Labor Regimes and Deforestation on a Brazilian Frontier, 1915–1965. *Economic Geography* (76-4), 2000) p. 327.

Pensar a História com Base em “Territórios Cheios”

Em 1956, no artigo “Vilas e cidades do Brasil Colonial”, o geógrafo Aroldo de Azevedo publicou uma série de mapas sobre o avanço da construção territorial do Brasil, do século XVI ao início do XIX, que se tornaram uma espécie de narrativa cartográfica clássica sobre o tema. Eles continuaram sendo reproduzidos em trabalhos posteriores e muito influentes, como no caso do livro “História do Brasil”, de Boris Fausto, cuja primeira edição é de 1994.⁸ Apesar de bem construídos e meritórios, inclusive pelo esforço de geografizar a história do país, os mapas de Azevedo possuem três problemas fundamentais: 1) uma visão essencialista do território, pois os mapas já usam o tamanho atual do país como referência desde o século XVI. É como se o Brasil existisse *a priori* e fosse sendo “preenchido” ao longo dos séculos; 2) Uma superestimação do grau de ocupação territorial ao longo dos séculos, pois os mapas projetam uma presença efetiva do domínio territorial lusodescendente no espaço continental – o que Milton Santos chamaria de “território usado” – maior do que ela de fato existia, especialmente nos séculos XVIII e XIX; 3) O problema mais importante, que Azevedo compartilha com inúmeros outros analistas, é o uso do mapa vazio e abstrato, do mapa político, como substrato para pensar a construção do território nacional, como se o que não fosse ocupação de domínio eurodescendente – ou lusodescendente em sentido mais específico – fosse apenas espaço branco, um “nada” histórico e geográfico. Na verdade, essa insistência no mapa vazio como substrato continua existindo em trabalhos bem mais recentes. Um mapa da América Portuguesa no final do século XVIII, por exemplo, publicado em 2001 pela geógrafa francesa Martine Droulers, é muito mais realista na representação do tamanho total do território e das expressões regionais de sua efetiva ocupação socioeconômica.⁹ Mas continua apresentando o que não é ocupação de domínio eurodescendente como um espaço em branco, um vazio desprovido de formações ecológicas e de populações indígenas. As manchas de ocupação concreta, construídas a partir do esforço colonial, são cercadas por enormes espaços desocupados.

Uma das premissas da história ambiental é justamente a necessidade de ir além dos mapas abstratos e da visão dos territórios como espaços “vazios” a serem preenchidos exclusivamente pela ação humana. Os espaços

⁸ AZEVEDO, A. de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, n. 11, 1956. FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

⁹ DROULERS, M., *Brésil: Une Géohistoire*. Paris: PUF, 2001, p. 92

da Terra, onde se constroem os territórios, nunca são “vazios”, mas sempre cheios e coloridos por uma variedade de ecossistemas. As dinâmicas sociais e políticas interagem com esses espaços cheios, modificando-os e produzindo lugares onde a diversidade natural e cultural se mistura de maneira altamente complexa.¹⁰ Os seres humanos, na bela formulação de Claude Lévi-Strauss, surgiram desde o início em um mundo “feito de formas, de cores, de texturas, de sabores, de odores”.¹¹

É preciso, portanto, repensar a territorialidade do processo de formação histórica do Brasil no marco de visualidades ambientalmente coloridas e no contexto da vivência cotidiana dos seres humanos com um caleidoscópio de formas de vida, solos, climas, cursos de água etc. A história humana não existe no ar. Ela existe sempre em espaços ecológicos concretos, transformados em “lugares” pela vivência coletiva das sociedades. Assim, grande parte da vida vivida pelas sociedades estabelecidas na América Portuguesa e depois no Brasil, para usar uma imagem utilizada por Diogo Cabral em um livro recente, se deu “na presença da floresta”. Devemos entender essa expressão de maneira literal. Na América Portuguesa, os espaços de domínio eurodescendente na região da Mata Atlântica e nas margens do rio Amazonas, tinham a floresta como seu lócus cotidiano de interação, convivendo com as dificuldades e oportunidades que as florestas colocavam para os assentamentos humanos. Como bem demonstrou Cabral, esses assentamentos participavam de um conjunto complexo de relações ecológicas. A floresta tropical apresentava dificuldades marcantes para a abertura de terrenos. O processo da queimada era difícil e trabalhoso. Mas, por outro lado, oferecia oportunidades agrícolas bem palpáveis. O desmatamento não era apenas uma forma de abrir espaços, mas também uma fonte de nutrientes, através da biomassa florestal transformada em cinzas, que alimentava colheitas bem sucedidas no curto prazo.¹² Apesar de seu imediatismo, pois o método tendia a deixar os solos estragados em alguns anos, as grandes queimadas para produzir culturas comerciais no mundo colonial e pós-colonial – como a cana de açúcar, o algodão e o café – derivavam sua racionalidade prática de outra característica marcante do processo de construção do Brasil: a continentalidade do espaço e a possibilidade de avançar por grandes territórios que, do ponto de vista formal, estavam sob domínio

¹⁰ PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental, *Estudos Avançados*, 24-68, 2010, p. 95.

¹¹ LÉVI-STRAUSS, C.. Estruturalismo e Ecologia. In: *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 173.

¹² CABRAL, Diogo. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, cap. 2.

de uma institucionalidade unificada, seja o império português ou, depois, o estado brasileiro. Os solos degradados podiam ser abandonados e novas fronteiras de ocupação serem abertas nas florestas então abundantes.¹³

Para ampliar nossa compreensão da formação do Brasil, portanto, reconhecendo a relevância das suas dinâmicas territoriais, precisamos conhecer melhor a concretude do viver “na presença da floresta”. E também de viver na presença dos outros grandes biomas presentes no espaço nacional, como a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal e o Pampa. A ocupação dessas grandes regiões ecológicas se deu de maneira diferenciada no que se refere à sua temporalidade e espacialidade, assim como à intensidade de transformação das paisagens por formas econômicas consistentes com os modos de vida trazidos pelo domínio eurodescendente. Mas, ao mesmo tempo, todos os processos de ocupação e de construção territorial devem ser considerados na sua concretude específica ou, dito de outra forma, na sua ecologia. Basta pensar, por exemplo, na maneira como os campos e savanas, as paisagens naturais mais abertas, foram priorizadas para a expansão da pecuária, especialmente com gado bovino. O ambiente das florestas tropicais, por certo, é muito menos viável para a pecuária do que os campos, caatingas e cerrados. Ao mesmo tempo, a pecuária convinha ao duplo objetivo de produção econômica e de conquista dos sertões de dentro, servindo de instrumento material para a expulsão de povos indígenas que neles viviam. Vale lembrar, além disso, que todos os animais utilizados na pecuária dos sertões não existiam nos ecossistemas locais antes da chegada dos europeus. Os bois, os cavalos, os bodes e os búfalos, assim como outros animais exóticos, foram introduzidos pelos conquistadores, beneficiando-se, entre outros fatores ecológicos, da ausência de predadores naturais.¹⁴

As várias estratégias regionais de territorialização, na América Portuguesa e depois no Brasil, podem ser pensadas de maneira articulada, pois fazem parte de um mesmo “projeto” socioeconômico e cultural. A construção territorial do Brasil, inclusive, como foi indicado no parágrafo anterior,

¹³ Vale lembrar, porém, que em vários contextos regionais, na Mata Atlântica e na Floresta Amazônica, a pequena agricultura de subsistência utilizou o método das queimadas de forma muito mais sustentável no que se refere à permanência da cobertura florestal. A perda de nutrientes e a erosão eram minimizadas, após alguns anos de colheita, por períodos muito mais longos de pousio ou “descanso” da terra, permitindo a recomposição florestal. Para informações mais detalhadas ver OLIVEIRA, R. R. When the shifting agriculture is gone: functionality of Atlantic Coastal Forest in abandoned farming sites. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 3, p. 213-226, 2008.

¹⁴ DEAN, op. cit., cap. 5; PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do Sertão Nordeste do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002; WILCOX, Robert. The Law of the Least Effort: Cattle Ranching and the Environment in the Savanna of Mato Grosso, Brazil, *Environmental History*, 4-3, 1999.

valeu-se da diversidade de regiões ecológicas para manifestar-se através de uma variedade de atividades econômicas. É importante deixar claro, porém, que não imagino esses movimentos como construções intelectuais *a priori*, que depois se realizavam na prática. Seria uma concepção extremamente artificial e intelectualista da história. É verdade que as autoridades coloniais portuguesas, e depois o estado brasileiro, adotaram em diferentes momentos opções estratégicas de conquista regional e procuraram implementá-las na medida de suas possibilidades. Mas grande parte das decisões, como o avanço da pecuária nas paisagens mais abertas, foram tomadas na vida vivida dos atores históricos concretos, ou seja, no contexto das interações cotidianas com a diversidade ecológica do espaço continental. Meu argumento, justamente, é que a diversidade ecológica é um aspecto fundamental desse jogo de interações socioambientais que passa por decisões individuais, intervenções políticas, normas legais etc. De toda forma, no dia a dia da história, os vários movimentos de territorialização regional não estavam totalmente isolados, já que conexões diretas e indiretas se estabeleciam através de fluxos sociais e econômicos estabelecidos na materialidade do território que veio sendo definido como “Brasil”.

É nesse sentido amplo que a história da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica não podem ser pensadas como realidades isoladas. As ligações entre os dois complexos ocorreram desde o início, seja de forma indireta ou direta. Indireta na medida em que paradigmas culturais e econômicos semelhantes presidiram os dois processos de ocupação de grandes espaços florestais. Direta na medida em que alguns agentes sociais estiveram presentes na história colonial e nacional de ambas as florestas. Na América Portuguesa e no Brasil monárquico, pode-se lembrar da presença de ordens religiosas, militares, funcionários governamentais, homens de ciência e homens de negócio, tanto na Mata Atlântica quanto na Floresta Amazônica. Ou então das levas de trabalhadores advindos da Mata Atlântica ou da Caatinga do Nordeste que migraram para a Amazônia no contexto dos ciclos da borracha (na virada do século XIX para o XX ou em meados do século XX, durante a II Guerra Mundial).¹⁵ É no final do século XX, porém, que a conexão direta se tornou muito mais intensa. Basta lembrar que os principais atores sociais e econômicos do grande desflorestamento ocorrido na Amazônia entre as décadas de 1970 e 1990 – madeireiros, fazendeiros de gado, especuladores fundiários etc. – vieram das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Eles não chegaram

¹⁵ MOREIRA, E. *Influências Amazônicas no Nordeste (Reflexos da Fase Áurea da Borracha)*. Belém: Grafisa, 1982.

do nada na Amazônia, mas sim a partir das atividades socioeconômicas e das práticas culturais que os constituíram enquanto atores sociais no contexto geográfico e histórico da relação com a Mata Atlântica. Nessa perspectiva, o estabelecimento de um “arco do desmatamento” no sul da Floresta Amazônica se deu através do avanço para o noroeste de migrações populacionais e empresariais advindas, principalmente, de regiões da “outra” floresta, levando para a Amazônia as dinâmicas de desmatamento socialmente aprendidas na Mata Atlântica. Tudo isso, por certo, com forte apoio do estado nacional e das concepções de desenvolvimento então vigentes.

No entanto, ao examinar as relações entre ambas as florestas no contexto de um único macroprocesso histórico, ao mesmo tempo que se observam as conexões e semelhanças, é preciso estar atento para as diferenças e especificidades presentes na história da construção territorial em cada um desses grandes complexos ecológicos.

A Relevância das Diferenças

Existe uma questão concreta na história territorial do Brasil que precisa ser investigada. No início da construção do país independente, na década de 1820, com uma população total próxima de 3,6 milhões de pessoas – excluídos os indígenas livres que habitavam os vastos sertões – a percentagem vivendo na Amazônia estava na casa dos 4% (algo como 143.000 pessoas). Mesmo em 2010, dos cerca de 190 milhões de brasileiros, algo como 25 milhões viviam na Amazônia legal (próximo de 13%).¹⁶ Como explicar que uma região tão enorme, que hoje abrange quase 60% do território nacional, tenha sido tradicionalmente tão menos povoada do que a região de domínio da Mata Atlântica, que atualmente abriga mais de 70% da população brasileira?

Penso que os fatores geográficos e ambientais devem ser considerados como muito relevantes nessa análise. Não no sentido de retomar o empoeirado tema do “determinismo geográfico”, mas sim na perspectiva aberta e interativa mencionada acima: a vida vivida das sociedades humanas é sempre “situada”. Ou seja, no jogo de interações que configura as sociedades humanas, os lugares concretos e suas características biofísicas são de grande importância.

No contexto da Amazônia colonial, a hipótese de uma maior dificuldade de comunicação com a Europa não me parece relevante. Como bem

¹⁶ FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012, p.119; IBGE, *Censo Demográfico de 2010 – Sinopse*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

demonstrou Luiz Felipe de Alencastro, no mundo da navegação à vela, considerando ventos e correntes marítimas, as dificuldades de navegação entre a Amazônia e as costas abaixo do Ceará eram enormes. A Amazônia estava bastante isolada do restante do Brasil pela navegação de cabotagem. E também pelas vias terrestres, levando em conta a densidade das florestas que precisariam ser atravessadas. Estes fatores ambientais, inclusive, ajudam a entender a opção, adotada em diferentes momentos, de criar estados coloniais específicos na Amazônia, com administração separada do Estado do Brasil.¹⁷ A comunicação marítima direta entre a Amazônia e a Europa, porém, não era mais difícil do que no caso das outras regiões da América Portuguesa. A integração da Amazônia na economia-mundo, por esse viés, não seria especialmente difícil. Gilberto Freyre, em um dos seus muitos insights, indicou que o foco deveria ser direcionado para os fatores ambientais internos ao processo de construção regional. Na verdade, pode-se deduzir essa indicação a partir de sua observação sobre certas características do litoral nordestino na explicação da proeminência dessa região nos primeiros séculos da colonização Portuguesa: rios pequenos e regulares, com baixa velocidade das águas; ventos brandos, poucas tempestades e uma temperatura média de 26° C.¹⁸ Um espaço relativamente propício à ocupação e à instalação de uma economia açucareira. Por contraposição, pode-se pensar na Amazônia de rios gigantescos, calor intenso e tempestades frequentes. Um ambiente de difícil ocupação, mormente no contexto pré-industrial.

De toda forma, os portugueses foram capazes de estabelecer naquela região uma dominação colonial de “baixa intensidade”, concentrada na calha do rio Amazonas e de outros grandes rios. Algumas áreas de domínio eurodescendente foram estabelecidas, com forte presença de populações indígenas destribalizadas e sujeitas a diferentes níveis de dominação social. Uma rede de articulações e trocas com populações indígenas autônomas também foi essencial, assim como um conjunto de fortes e fortalezas estabelecidos ao longo de determinados rios, com boa distribuição do ponto de vista estra-

¹⁷ ALENCASTRO, L. F. de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 57-59. É claro que no século XIX, no contexto da formação de um estado nacional unificado, a navegação a vapor superou essas barreiras com o uso de combustíveis fósseis, permitindo um fluxo regular entre a Amazônia e o Sudeste através da navegação de cabotagem. Mas seria pouco sofisticado entender essa mudança através do velho dualismo da “vitória da tecnologia sobre o ambiente”. As complexas interações socioambientais, que têm nas tecnologias um dos seus elementos fundamentais, são sempre dinâmicas e em transformação. A configuração produzida pelo uso dos combustíveis fósseis logrou superar alguns limites da configuração baseada no uso dos ventos. São duas manifestações diferentes de interação socioambiental, com seus limites, possibilidades e consequências.

¹⁸ FREYRE, G. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004 [1936], p. 58.

tégico, garantindo o domínio militar extensivo sobre uma gigantesca região florestal. Um domínio grandemente facilitado, por certo, pela ausência de uma real ameaça de invasão por parte da Espanha ou de outras potências europeias. A Floresta Amazônica, assim como outras regiões centrais do continente sul-americano, permaneceu distante da capacidade de ocupação por parte do colonialismo europeu. O pequeno tamanho da população euro-descendente e as atividades econômicas baseadas na extração seletiva e na cultura de alguns elementos da natureza nativa, como as drogas do sertão e o cacau, não chegaram a provocar dinâmicas mais intensas de desflorestamento, ao menos em comparação com algumas outras colônias tropicais. É significativo o fato de um observador tão atento ao problema da destruição dos recursos da natureza como Alexandre Rodrigues Ferreira, no final do século XVIII, pouco mencionar a questão do desmatamento, centrando suas críticas na pesca predatória da tartaruga e do peixe-boi.¹⁹

É claro que uma dinâmica bem diferente ocorreu na Mata Atlântica. O maior número de assentamentos urbanos e de atividades econômicas coloniais e pós-coloniais – tais como plantações de algodão, engenhos de açúcar, mineração de ouro e diamantes, plantações de café e criação de gado leiteiro – concentraram-se ao longo da costa atlântica e de sua hinterlândia mais próxima. No século XX, com o forte crescimento da população e da economia brasileiras – a população cresceu dez vezes entre 1900 e 2000, atingindo 170 milhões de pessoas – as novas fazendas de café, a construção de ferrovias, a siderurgia de ferro, a expansão da malha urbana e industrial, as indústrias madeireiras e a produção de celulose, entre outras atividades, provocaram um desmatamento notável.²⁰ Foi com base nessa herança histórica que se delineou o contraste entre os dois casos de ocupação florestal, sintetizado nas percentagens de desflorestamento apresentadas acima.

É fundamental prestar atenção, entretanto, na advertência feita por Rafael Chambouleyron sobre a necessidade de entender a história colonial da Amazônia com base em sua lógica própria e não por contraposição ao modelo adotado em outras regiões. A Amazônia colonial não deve ser avaliada pelo critério da “falta” de população e de progresso econômico. Assim como seria errôneo atribuir o crescimento relativamente pequeno da ocupação ao desleixo e desinteresse do estado português por uma região “periférica”. Ao contrário, a ação do estado foi bastante intensa e estratégica, mas fundada

¹⁹ PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 84-89

²⁰ DEAN, op. cit., caps. 11-15.

em uma equação pragmática de relacionamento entre as realidades biofísicas e os recursos humanos e econômicos disponíveis.²¹

A especificidade da Amazônia também se revelou no chamado “boom da borracha” ocorrido na região entre 1850 e 1915. Um novo sistema de interações socioambientais emergiu na região Norte quando a borracha extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*) – uma árvore endêmica da região e, portanto, um dado de singularidade na sua história ambiental – começou a ser utilizada em processos de industrialização fora do Brasil, especialmente na fabricação de pneumáticos para a emergente indústria automobilística. O novo sistema conectou extensas áreas do interior da floresta, divididas em domínios privados denominados “seringais”, com setores de ponta do capitalismo global, fermentando intensos movimentos de imigração, transportes fluviais e expansão de algumas cidades. Do ponto de vista do desflorestamento, no entanto, seu alcance foi limitado. Isso se deve em grande parte à própria biofísica da seringueira, que condicionou o sistema de manejo empregado na extração da sua borracha. Essa extração não requeria a derrubada das árvores. Ao contrário, para ser reproduzida por um tempo razoável, a atividade extrativa exigia a manutenção não apenas das seringueiras mas também das paisagens florestais que serviam de suporte ecológico para a continuação da sua capacidade biológica. A interrupção dessa capacidade, obviamente, representava um prejuízo para os agentes econômicos. Por esse motivo, assim como pela curta duração do “boom”, em consequência da crescente hegemonia no mercado mundial dos seringais plantados estabelecidos pelos ingleses no Sudeste Asiático, o desflorestamento acabou sendo bastante limitado no balanço daquele movimento histórico.²²

Tempos de Devastação e de Conservação

Um ponto importante a ser observado é o das diferentes temporalidades da história. Ou seja, o “*timing*” de cada movimento histórico, o conjunto de fatores culturais, tecnológicos, políticos, econômicos, geográficos, entre outros, que configura a historicidade de cada época e de cada momento. No que se refere aos macroprocessos de desflorestamento e conservação em ambos os complexos florestais, por exemplo, existem algumas diferenças

²¹ CHAMBOULEYRON, R., *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial – 1640-1706*. Belém: Editora Açaí, 2010.

²² DEAN, W. *Brazil and the Struggle for Rubber*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; PÁDUA, J. A. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica, História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VI – Suplemento, 2000.

fundamentais de temporalidade. O grande processo de desmatamento na Mata Atlântica ocorreu entre 1910 e 1990, confundindo-se com a expansão da população, dos espaços urbano-industriais e das fronteiras agrícolas do país. Em trabalhos anteriores, argumentei que a destruição histórica da Mata Atlântica estava relacionada a um modo de ocupação da terra que possuía suas raízes no passado colonial. As bases de tal modelo podem ser analisadas através de uma complexa interação entre fatores culturais, tecnológicos, socioeconômicos e ambientais.²³ No entanto, em uma perspectiva de longa duração, pode-se dizer que a herança do modelo colonial foi mais qualitativa do que quantitativa. No jogo de continuidades e descontinuidades que constitui a história, o século XX, e mais especificamente a segunda metade do século XX, representa uma mudança de escala na devastação da floresta. Em 1900, por exemplo, o Brasil tinha uma população total de aproximadamente 17 milhões de pessoas, em comparação com 76 milhões nos Estados Unidos. Em cada mancha de ocupação territorial, com base na exploração de diferentes elementos da natureza local, a economia era em geral extensiva e predatória. Mas, até meados do século XX, o tamanho total bastante restrito da economia e da população nacionais fazia com que o seu impacto agregado sobre a Mata Atlântica fosse também limitado. É por isso que o século XX foi responsável pela grande destruição quantitativa da Mata Atlântica. O crescimento da economia e da população, bem como a maior disponibilidade de capital e o potencial destrutivo das novas tecnologias industriais, intensificou uma tendência qualitativa de relação predatória com a terra que já existia anteriormente.

É verdade que já no final do século XIX uma certa intensificação na capacidade de destruição florestal começou a se manifestar. A construção de estradas de ferro, por exemplo, foi um grande canal para a abertura de fronteiras de desmatamento, especialmente na parte sul e sudeste da Mata Atlântica. Mas nada que se compare ao que aconteceu depois. Um leitor dotado de sensibilidade ambiental sente verdadeira angústia ao ler os capítulos que se referem ao período das décadas entre 1930 e 1970 no livro de Warren Dean mencionado no início. O país crescia economicamente, as empresas exploravam amplamente os recursos do mundo natural, sem que existissem quaisquer barreiras contra o uso destrutivo desses recursos. Praticamente não existiam órgãos públicos para fiscalizar ou entidades

²³ PÁDUA, J. A. European Colonialism and Tropical Forest Destruction in Brazil: Environment Beyond Economic History. In: McNEILL, J.; PÁDUA, J.; RANGARAJAN, M. (orgs.) *Environmental History - As If Nature Existed*. New Delhi: Oxford University Press, 2010.

civis para denunciar os abusos ambientais. A mídia ignorava esse tipo de problemática, assim como a grande maioria dos intelectuais, à esquerda ou à direita, ocupados apenas com as dimensões econômicas e sociais do debate sobre o futuro da nação.

Por diferentes razões históricas, o Brasil não esteve na linha de frente das transformações sociais e tecnológicas do capitalismo moderno. O fardo da escravidão durou até o final do século XIX e o país chegou a meados do século XX com uma economia e uma população essencialmente rurais, com alto nível de analfabetismo e uma forte concentração de renda nas mãos de uma pequena elite. A própria presença da sociabilidade urbana era também limitada. A partir de meados do século XX, no entanto, o Brasil passou por uma verdadeira mutação na sua estrutura social, tornando-se um dos países com mais forte crescimento econômico do planeta, apesar de intercalado com períodos de crise, estagnação e inflação. A proporção da população urbana, de toda forma, passou de 36,2 % em 1950 para 84,3% em 2010. A intensidade das mudanças socioeconômicas e geográficas manifestou-se em movimentos fortes de: a) expansão e remodelação das paisagens urbanas, com aumento da poluição e da destruição de complexos arquitetônicos tradicionais; b) expansão da infraestrutura, especialmente de hidrelétricas e estradas de rodagem; c) expansão de áreas industriais e depósitos de substâncias contaminantes; d) abertura de novas fronteiras de ocupação agropecuária em regiões cobertas por florestas tropicais, cerrados ou outros ecossistemas nativos, e ocupadas por populações tradicionais e locais com baixa densidade demográfica e vulneráveis no que se refere à propriedade legal da terra; e) conversão de antigas áreas de agricultura tradicional, com forte presença de populações camponesas, em grandes fazendas baseadas no uso de máquinas e agroquímicos.

Não é difícil imaginar o potencial de todas essas dinâmicas para fomentar conflitos ambientais de diferentes tipos, provocando a resistência de comunidades rurais e urbanas. Neste contexto, os movimentos ambientalistas tiveram um desenvolvimento marcante na sociedade brasileira a partir da década de 1970. Por outro lado, o fato das dinâmicas apontadas acima terem ocorrido em grande parte durante o regime ditatorial que vigorou entre 1964 e 1984, ajudou a aumentar a agressividade dos empreendimentos econômicos e dificultar, apesar de não impedir, as reações ao nível da sociedade civil e dos meios de comunicação.²⁴

²⁴ HOCHSTETLER, K. e KECK, M., *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Durham: Duke University Press, 2007; PÁDUA, J. A., *Environmentalism in Brazil: An Historical Perspective*. In: J. MCNEILL e E. STEWART (eds). *A Companion to Global Environmental History*, Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

Ao mesmo tempo, uma importante mudança na imagem das florestas tropicais, em escala internacional e nacional, começou a se delinear na década de 1960 e a ganhar força simbólica e política nas décadas seguintes. No contexto da emergência pujante do ambientalismo na cultura contemporânea, essa virada na imagem das florestas tropicais foi bem resumida por Kelly Enright como sendo a passagem da imagem dominante da “*jungle*” ou da “selva”, enquanto um lugar que ameaçava os seres humanos, para a da “*rainforest*”, enquanto um lugar ecologicamente precioso e ameaçado pelos seres humanos. Um lugar a ser conservado por sua importância para as sociedades locais, e para a humanidade como um todo, a partir de novos conceitos como “biodiversidade” e “serviços ambientais”.²⁵

Não é por casualidade que um decreto federal de 1993, transformado em lei pelo Congresso Nacional em 2006, tenha estabelecido a proteção legal de todos os remanescentes da Mata Atlântica. O último período de destruição massiva da Mata Atlântica, portanto, ocorreu no exato momento em que emergia uma nova imagem das florestas tropicais na arena política nacional e internacional. A decisão política de conservar os seus remanescentes não pode ser divorciada dessa ampla mudança cultural. De toda forma, os problemas de desflorestamento ainda persistem, mas em um patamar que agora se conta em hectares e não mais em quilômetros quadrados (como no caso da Amazônia). O desmatamento nos últimos anos vêm flutuando próximo de 20.000 hectares por ano contra um patamar de 100.000 hectares no período 1985-1990 e de taxas incomparavelmente maiores nas décadas anteriores. O volume total dos remanescentes da Mata Atlântica está na faixa dos 16,4 milhões de hectares.²⁶

O “*timing*” do desflorestamento da Amazônia, nesse quadro, possui diferenças importantes em relação à Mata Atlântica. Na década de 1970, quando o processo de destruição da Mata Atlântica já estava historicamente muito avançado, começando a enfrentar uma resistência social mais intensa e consistente, a Floresta Amazônica estava começando a ser aberta para um desflorestamento mais massivo. As chamadas “*décadas da destruição*”, que vigoraram até o final do século XX, estavam sendo inauguradas. Por razões mais geopolíticas do que de necessidade econômica, a ditadura militar abriu a região Amazônica para atividades econômicas fortemente subsidiadas. A

²⁵ ENRIGHT, K. *The Maximum of Wilderness: The Jungle in the American Imagination*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.

²⁶ FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA/ INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2012-2013. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2014.

construção de grandes obras infraestruturais, assim como os incentivos fiscais e financeiros para o avanço quantitativo das atividades econômicas, foram implementados sem consideração pelos seus potenciais danos sociais e ecológicos. As fazendas de gado, que serviram de máscara para uma grande especulação fundiária, provocaram um colossal desmatamento. A disponibilidade de novas tecnologias industriais, como os caminhões e as motosserras, se conjugaram com o uso desmedido de técnicas arcaicas, como as queimadas, para propiciar a “conquista” do difícil ambiente amazônico.²⁷

No entanto, o crescimento da resistência na sociedade contra a destruição da Floresta Amazônica começou no início do seu processo histórico de devastação massiva. Na Mata Atlântica, como foi visto acima, a resistência começou no final do processo, quando da enorme floresta original restavam apenas uma fração de remanescentes. As pressões contra a destruição da Floresta Amazônica, de fato, foram quase visionárias, já que a perda florestal estava ainda nos seus primórdios. Em 1975, por exemplo, quando foi publicado um livro de considerável impacto intitulado “Amazon Jungle: From Green Hell to Red Desert?”, a Floresta Amazônica ainda possuía algo como 98% da sua cobertura original.²⁸ O fator simbólico ajuda a entender essa reação. Ao contrário da Mata Atlântica, relativamente pouco conhecida em escala internacional, a Floresta Amazônica vinha sendo construída no imaginário global, pelo menos desde o século XIX, como um verdadeiro arquétipo das florestas tropicais.²⁹ Outro fator relevante, sem dúvida, foi o avanço agressivo sobre a região promovido pelo regime ditatorial, como no caso da construção da rodovia Transamazônica no início da década de 1970.

Seja como for, o avanço histórico do ambientalismo, incluindo suas complexas repercussões políticas, vem provocando uma certa inversão na tendência de crescimento acumulativo do desflorestamento no Brasil. Foi visto acima que a legislação de proteção dos remanescentes da Mata Atlântica ajudou a reduzir fortemente a escala anual do seu desmatamento. Um processo semelhante parece estar em andamento na Floresta Amazônica, com uma redução marcante da taxa anual do seu desflorestamento (mesmo que na Amazônia se esteja lidando com escalas de corte raso imensamente superiores às que ainda vigoram na Mata

²⁷ HECHT, S. e COCKBURN, A., *The Fate Of The Forest: Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon*. Chicago: Chicago University Press, 2010..

²⁸ GOODLAND, R. E IRVIN, H., *Amazon Jungle: Green Hell to Red Desert?*. Elsevier Scientific Publishing, New York, 1975.

²⁹ Gondim, N. *A Invenção da Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.

Atlântica). É preciso comparar, assim, tanto os movimentos históricos de desmatamento quanto os de conservação em ambos os complexos florestais. De certa forma, estamos observando a emergência de um novo consenso político em relação à necessidade de não destruir a Floresta Amazônica. Esse consenso, que precisa ser melhor estudado e observado em termos de sua profundidade e durabilidade histórica, não passa apenas por novos valores ambientais e concepções científicas. Ele possui também uma forte base de interesse econômico e geopolítico. Para diversos setores da elite brasileira, a destruição imediatista de recursos da região – como a água, a biodiversidade e o armazenamento de carbono – em troca de ganhos limitados e de curto prazo, está parecendo cada vez menos desejável em comparação com os ganhos potenciais da manutenção desses recursos para o futuro.

É certo que muitos atores econômicos e políticos na região amazônica, com influência na opinião pública local, preferem a continuidade dos ganhos imediatos e convencionais, mesmo que indutores do desflorestamento, através da criação de gado, da atividade madeireira etc. No entanto, o consenso político nacional parece estar indo no sentido oposto. Nesse quadro, o contraexemplo da Mata Atlântica tem sido usado como a prova histórica de que uma imensa floresta pode ser destruída sem produzir verdadeiros benefícios sociais e econômicos, ao menos nos muitos casos regionais em que tal destruição não gerou realmente trabalho, renda e desenvolvimento ao nível regional. No caso da Amazônica, de fato, o jogo é mais pesado, inclusive por causa do volume e da dimensão global dos recursos naturais ainda existentes (considerando que cerca de 80% da cobertura florestal ainda permanece de pé). Mas a realidade é que o surgimento dessa nova percepção política em relação ao destino da Floresta Amazônica vem se expressando em indicadores muito concretos. O Brasil foi responsável por cerca de 73% do volume de áreas protegidas criadas em todo o mundo entre 2003 e 2009, com uma esmagadora concentração na região da Floresta Amazônica³⁰. Como consequência deste movimento – junto com outras fortes políticas federais – o desmatamento na Amazônia foi reduzido em cerca de 80% entre 2004 e 2014. Ou seja, passou de um patamar de 27.000 quilômetros quadrados por ano para um patamar que vem flutuando próximo dos de 5.000 quilômetros quadrados por ano (um nível que continua inaceitavelmente alto, apesar de

³⁰ JENKINS, N.; JOPPA, L. Expansion of the Global Terrestrial Protected Area System, *Conservation Biology*, Vol. 14:2:10, 2009; DRUMMOND, J. A., FRANCO, J. L. e OLIVEIRA, D. Uma Análise sobre a História e a Situação das Unidades de Conservação no Brasil. In: R. GANEM (org.). *Conservação da Biodiversidade - Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.

muito mais baixo do que a média das décadas anteriores).³¹ O desmatamento diminuiu, inclusive, no contexto do forte crescimento econômico observado entre 2004 e 2010. A condição de fenômeno conjuntural ou de mudança de paradigma histórico desse processo ainda requer um intervalo maior de tempo para ser avaliada. De toda forma, é preciso considerar que no contexto de um novo consenso político no sentido de conservar a Amazônia, se é que ele realmente está emergindo, é fundamental incluir o fator “Cerrado”, ou seja, a existência de uma enorme área de expansão para o avanço do agronegócio que pode estar servindo como zona de sacrifício para facilitar a conservação da enorme floresta do Norte.³²

Uma Investigação em Processo

Espero ter deixado claro que o marco de análise comparativa esboçado no presente artigo abre espaço para inúmeras investigações posteriores. Entendo de forma muito abrangente a abordagem histórica das florestas brasileiras. Meu objetivo não é fazer história florestal em um sentido pontual e isolado, mas sim discutir as relações entre sociedades e florestas enquanto uma ferramenta analítica para analisar os padrões fundamentais de ocupação da terra, construção territorial e formação de fronteiras no processo de constituição do país. Este tipo de análise deve prestar muita atenção na dimensão biofísica e geográfica da história. As diferenças na composição ecológica e na expressão espacial dos dois complexos florestais mencionados são muito relevantes. Mas precisam ser articuladas com outras dimensões igualmente essenciais. É o caso da transformação ao longo do tempo dos processos de apropriação e uso econômico das florestas, seja pela exploração direta dos recursos florestais ou pela conversão dos solos anteriormente florestados em outros tipos de exploração econômica. Também é preciso focalizar a evolução das percepções culturais e dos sistemas de significação e valoração relacionados com as duas grandes florestas. A análise comparativa requer igualmente uma investigação sobre a evolução histórica da legislação florestal e das capacidades institucionais e tecnológicas para aplicação das leis. Todos esses elementos se relacionam, por fim, de uma forma ou de ou-

³¹ INPE/PRODES, 2014. *Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite*. <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>. Consultado em 5/12/2014.

³² Para uma análise mais detalhada dos movimentos históricos recentes relacionados com o destino da Floresta Amazônica ver PÁDUA, J. A. *Tropical Forests in Brazilian Political Culture: From Economic Hindrance to Ecological Treasure*. In: F. VIDAL e N. DIAS, (eds.), *Endangerment, Biodiversity and Culture*. London: Routledge, 2015.

tra, com o desenvolvimento histórico das políticas governamentais relacionadas ao desmatamento e à conservação florestal nas duas macrorregiões.

Em suma, o leque de questões e opções de pesquisa mencionados acima constituem, ao meu ver, um ponto de partida para o esforço sistemático e consistente de analisar a história da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica, observando as suas semelhanças e diferenças, as suas dinâmicas de conexão direta e indireta e, de maneira especial, o lugar dos movimentos de devastação e conservação florestal no contexto mais amplo da construção do Brasil.

Artigo recebido para publicação em 19/10/2015

Artigo aprovado para publicação em 04/11/2015